

Índios podem interditar hoje a Transamazônica

BARTHOLOMEU RODRIGUES
Enviado especial

A Transamazônica poderá ser interdita hoje pelos índios apinajés e mais 600 guerreiros de outras tribos que se uniram a eles para reiniciar, esta manhã, a demarcação de suas terras. Esta é mais uma forma de pressão que os índios poderão adotar, além da decisão, tomada ontem, de reiniciar a picada demarcatória às 8h30 de hoje. Sob a chefia do cacique txucarramãe Raoni, os índios tentam isolar uma área de 148.600 hectares em disputa com fazendeiros e posseiros.

A decisão dos índios de reiniciar as picadas na mata aumentou a tensão na cidade de Tocantinópolis, a 25 quilômetros da aldeia São José, dos apinajés, onde desembarcam, diariamente, reforços armados procedentes de tribos das regiões próximas ao território em conflito. Os reforços chegam também para os fazendeiros: pistoleiros contratados estão concentrados nas fazendas prontas para marchar em direção à aldeia, mesmo sabendo da existência da barreira de 120 homens da Polícia Militar de Goiás.

Até a manhã de ontem, os apinajés tinham esperança de receber uma notícia favorável de Brasília, confiando na promessa do presidente da Funai, Nelson Marabuto, de resolver a questão na reunião de ontem com os representantes do Getat, Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários. Segundo o sertanista Cláudio Romero e o delegado do posto da Funai na aldeia, Gilberto Azenha, é impossível controlar os índios agora que ficou clara a indisposição do governo em atender às suas reivindicações. Os apinajés estavam dispostos a incendiar as casas abandonadas pelos posseiros, às margens da estrada que leva à aldeia, sendo controlados pelo cacique Francisco, que reu-

niu seus guerreiros, prometendo começar o dia, hoje, com uma grande concentração disposta a repelir à força qualquer tentativa de adiamento da demarcação. Referindo-se ao presidente da Funai, Francisco afirmou: "Marabuto precisa saber que índio não é santo para viver de promessa".

Sob o comando de Raoni, darão cobertura aos apinajés, guerreiros de mais seis tribos: txucarramãe, crenacarore, crao, canela, xavante e terena como afirma o cacique, todos "de cabeça quente". Muitos estão a mais de um mês distantes de suas aldeias e famílias e percebe-se facilmente a irritação pela forma como estão sendo tratados nesse conflito com os brancos. Desde que o deputado Mário Juruana, do PDT do Rio, fez um discurso inflamado na aldeia contra os brancos, a palavra de ordem passou a ser "índio não é paiçã".

Na cidade, o delegado Sebastião Lima passou o dia preocupado com o movimento de caminhões de fazendeiros que atravessam o rio Tocantins em direção ao Estado do Maranhão, de onde, provavelmente, saem os pistoleiros contratados. De acordo com o vereador Agostinho Rodrigues, do PMDB, muitos fazendeiros estavam dispostos, anteontem à noite, a atacar os índios de surpresa, devido aos rumores que corriam na cidade sobre o reinício antecipado das picadas. Agostinho depôs ontem como testemunha no inquérito que apura o atentado praticado pelo vereador José Bonifácio, do PDS, contra um funcionário da Funai, no qual saiu ferido o sargento Gérson Edmar Leite, da Polícia Militar. Ao sair da delegacia, o vereador irritou-se ao ser indagado se o atentado prejudicou a campanha política local contra a demarcação das terras indígenas. "O que aconteceu foi um acidente", disse.

Tocantinópolis/Ag. Estado



Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

Armados, os índios estão prontos para resistir

Caiapó, o novo conflito

BELEM
AGÊNCIA ESTADO

Um conflito ainda mais grave que o dos índios apinajés poderá surgir na reserva Caiapó, no Pará, segundo advertência feita ontem em Belém pelo delegado regional da Funai, Salomão Santos. Ele mostrou que o Iterpa (Instituto de Terras do Pará) vai vender através de licitação uma área de 600 mil hectares que os índios caiapós pretendem incorporar à sua reserva, no Sul do Estado. Originalmente, essa área estava fora da primeira proposta de delimitação da reserva, mas esse fato nunca foi aceito pelos índios.

No final do ano passado, eles invadiram a sede de uma das fazendas que ficam nessa área e exigiram que a demarcação, prevista inicialmente para abranger 2,7 milhões de hectares, fosse ampliada para 3,3 milhões. Assim, seriam abrangidas áreas onde se encontram cemitérios e roças dos caiapós e dos quais eles disseram não abrir mão. No extremo Sul da reserva, porém, já se haviam instalado algumas fazendas e atuavam intensamente grupos de madeireiros.

Os índios só aceitaram desocupar a sede da fazenda depois que a Funai prometeu demarcar essa nova área.

Iterpa e Funai decidiram formar um grupo misto para estudar o problema, já que algumas das fazendas alegavam dispor de títulos provisórios expedidos pelo Estado. Mas, antes que o grupo pudesse reunir-se uma só vez, o Iterpa lançou, na semana passada, edital para a venda justamente da área pretendida pelos índios.

O delegado Salomão Santos acha que os Caiapós "não vão aceitar essa iniciativa como fato consumado". Ele não esperava que o Iterpa decidisse alienar as terras sem antes tentar uma definição conjunta do problema e teme que ocorra um conflito. "Ao sabermos que a área está vendida, os índios provavelmente ficarão muito irritados", prevê Salomão. Se da primeira vez a ocupação da sede da fazenda Santa Cristina foi fácil, "agora poderá haver morticínio porque os fazendeiros se armaram e não vão aceitar outra investida", garante ele.

A reserva Caiapó deverá ser a maior do País. Dentro dela há a última grande reserva de mogno do Pará, uma árvore de grande valor comercial que praticamente desapareceu de outras áreas devido à exploração intensiva. Na reserva existe também bastante ouro e pelo menos sete garimpos funcionam dentro de seus limites.

Questão agora é entre ministros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, anunciou ontem à tarde que as negociações entre o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf) e a Funai, para uma solução do conflito na área dos índios apinajés, em Goiás, chegara a um impasse, depois de uma reunião do grupo interministerial que estuda o problema. A questão foi transferida ontem mesmo para os ministros do Interior, Mário Andreazza, e do Meaf, Ministério para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, que vão analisar hoje as duas propostas que existem: a da Funai, que defende a demarcação de uma área de 148.600 hectares para os apinajés e a do Meaf, através do Getat, que insiste em diminuir a área para que a reser-

va não englobe um trecho da rodovia Transamazônica.

Marabuto admitiu que a situação é de extrema gravidade, pois os índios estão dispostos a demarcar por conta própria a reserva e já anunciaram que vão interditar a rodovia Transamazônica. "O pior — disse ele — é que não temos contado com o apoio do secretário de segurança de Goiás, José Freire, que está agindo mais como um político do que como homem responsável pela segurança na área. Caso ocorra alguma morte ele será o principal culpado."

Sobre a posição intransigente do Meaf, que está adotando a mesma posição já manifestada pelo Conselho de Segurança Nacional, Marabuto disse que os seus representantes "estão levando em conta somente o

ponto de vista técnico por problema" não aceitando o fato de que a área que querem deixar fora dos limites da reserva é reconhecida como habitat tradicional dos apinajés. Marabuto disse que no sobrevoo que os membros do grupo interministerial realizaram, anteontem, na área, ficou bem caracterizado que o número de posses existentes com benfeitorias não é grande e que os apinajés são os maiores produtores de arroz da região. "Os posseiros — disse Marabuto — ocupam, na verdade, 30% da área". A Funai, segundo ele, estaria disposta a abrir mão de 18.000 hectares ao Norte de Cocalinho, mas jamais deixar este antigo aldeamento fora dos limites da reserva indígena. "A Funai não abre mão da margem Oeste da Transamazônica, como quer o Meaf" — concluiu Marabuto.